

DE UMA CONSPIRAÇÃO A OUTRA: AGRIPINO NAZARETH, OS MILITARES E O MOVIMENTO OPERÁRIO NO RIO DE JANEIRO (1915-1918)

ALDRIN A. S. CASTELLUCCI*

Agripino Nazareth (1886-1961) nasceu em Salvador no dia 24 de fevereiro de 1886, mas iniciou seus estudos superiores na então Faculdade de Direito do Recife, cidade onde morou com seus familiares de 1902 a 1907. Ali ele teve os primeiros contatos com as ideias sociais e iniciou seu envolvimento com a grande política e a militância na imprensa escrevendo para o jornal *A Província*, o antigo órgão do Partido Liberal, no qual Joaquim Nabuco escreveu seus artigos em defesa da abolição da escravidão. Em 1907, Agripino se mudou para o Rio de Janeiro, matriculou-se na Faculdade Livre de Direito daquela cidade e lá permaneceu até março de 1908. Sua formação, porém, foi concluída na Faculdade de Direito de São Paulo, no Largo de São Francisco, onde obteve o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais no dia 11 de dezembro de 1909.¹

Ele era filho de Maria Bernardina Nazareth e de Antonio Agripino Nazareth, um condecorado oficial de carreira do Exército Brasileiro que serviu em unidades militares da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Amazonas entre 1894 e 1906. Talvez isso explique a facilidade com a qual seu filho transitou nos meios militares anos mais tarde.²

A primeira atividade profissional exercida por Agripino Nazareth foi conseguida pelo jornalista Pedro Avelino, em 1910, depois de ser nomeado prefeito do Alto Juruá, no Acre. O político potiguar nomeou Agripino Nazareth delegado de polícia do Tarauacá, uma região que

* Professor Adjunto de História do Brasil da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Doutor em História Social (UFBA). O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil. Apresento aqui alguns resultados de uma pesquisa de pós-doutorado que realizei junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sob a supervisão do Prof. Dr. Benito Schmidt, a quem agradeço pela forte acolhida dada ao projeto.

¹ Arquivo da Faculdade de Direito da USP. *Prontuário n. 5266. Registro de Diploma e Histórico de Agripino Nazareth*; *A Província*, Recife, 31 maio 1905, p.1; *A Província*, Recife, 1 jun. 1905, p.1; 30 ago. 1905, p.1; 16 maio 1906, p.1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 15 jun. 1919, p. 3 e 5; NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco (1821-1954)*, v. II. Recife: Imprensa Universitária – UFPE, 1966, p. 174-236.

² *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 28 out. 1894, seção 1, p. 5; 13 mar. 1903, seção 1, p. 1; 11 maio 1906, seção 1, p. 4; 2 jul. 1909, seção 1, p. 7; 12 ago. 1911, Seção 1, p. 15; 23 mar. 1928, seção 1, p. 49 e 16 fev. 1939, seção 1, p. 75; *A Província*, Recife, 4 fev. 1902, p.1; 2 fev. 1906, p. 2; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1921, p. 2; *A Época*, Rio de Janeiro, 2 jan. 1915, p. 1-2; 3 jan. 1915, p. 2; 9 abr. 1915, p. 2; 11 abr. 1915, p. 2; 12 abr. 1915, p. 1; 16 abr. 1915, p. 1; 17 abr. 1915, p. 2.

ainda não havia sido desmembrada do Juruá.³ De volta ao Rio, Agripino Nazareth trabalhou como professor na Escola Livre de Direito, Farmácia e Odontologia.⁴

A partir de julho de 1912, Agripino foi o redator-chefe do recém-fundado *A Época*, um diário publicado no Rio de Janeiro até 1919 sob a direção inicial de Vicente de Ouro Preto, J. B. da Câmara Canto e Vicente Piragibe. Foi nesse jornal e nesse tempo que Agripino Nazareth se envolveu num vigoroso combate à política oligárquica do Nordeste do Brasil, com ataques vigorosos contra a oligarquia “ladravaz e cínica dos Acciolys” e ao padre Cícero, apontado por Nazareth como um “salafrário de batina”, representante de Pinheiro Machado no Ceará. O senador gaúcho e o presidente da República Wenceslau Braz foram alvos permanentes da pena de Agripino. Por outro lado, não faltavam elogios ao “egrégio republicano Lauro Sodré”, senador federal pelo estado do Pará, ao capitão do Exército José da Penha, eleito deputado estadual do Ceará em 1913, e ao “chefe antioligarca coronel Pedro Avelino”, liderança da campanha contra o governador do Rio Grande do Norte, Alberto Maranhão.⁵

Por essa época, nosso personagem também teve destacada atuação na grande política da capital federal, associando-se ao jornalista Adolpho Porto, ao senador Lauro Sodré e ao coronel Pedro Avelino para apoiar a vitoriosa candidatura de Vicente Piragibe a deputado federal pelo segundo distrito da cidade do Rio de Janeiro.⁶

Foi nesse contexto de conflituosas eleições estaduais e federais, realizadas em julho de 1914 e dezembro de 1915, que ocorreu uma das primeiras grandes aparições públicas de Agripino Nazareth, pois ele tomou parte de uma tentativa de sublevação de praças e sargentos do Exército, da Marinha de Guerra, da Brigada Policial e do Corpo de Bombeiros da então capital federal com o objetivo declarado de depor o presidente Wenceslau Braz e instaurar uma República Parlamentar no Brasil. O novo governo seria chefiado pelo general Dantas Barreto (1850-1931), então presidente do estado de Pernambuco.

Entre os envolvidos no movimento, destacavam-se vários indivíduos engajados no jogo político da Primeira República, como o coronel reformado do Exército, Barbosa Lima,

³ *Jornal de Notícias*, Salvador, 15 jun. 1919, p. 3 e 5.

⁴ *A Época*, Rio de Janeiro, 1 abr. 1915, p. 2; 11 abr. 1915, p. 4; 4 jun. 1915, p. 5.

⁵ *A Época*, Rio de Janeiro, 16 out. 1912, p. 1-2; 25 jan. 1913, p. 2; 10 mai. 1914, p. 7; 20 out. 1914, p. 3; 24 fev. 1914, p. 1-2; 1 mar. 1914, p. 6-7; 3 mar. 1914, p. 1-3; 4 mar. 1914, p. 1.

⁶ *A Época*, Rio de Janeiro, 24 jun. 1915, p. 2; 17 ago. 1915, p. 3.

os advogados e deputados cariocas Maurício de Lacerda (1888-1959) e Vicente Piragibe (1879-1959), o médico e também parlamentar do Rio de Janeiro Maurício de Medeiros (1885-1966), e os deputados federalistas gaúchos Pedro Moacyr e Raphael Cabeda (1857-1922). Por fim, entre os conspiradores estavam ainda o jornalista Georgino Avelino (1888-1959), editor do *Rio-Jornal* e filho do publicista potiguar Pedro Avelino, e Caio Monteiro de Barros, um dos fundadores do Partido Socialista Radical de 1911 que, em 1920, ao lado de Evaristo de Moraes (1871-1939) e Jerônimo de Carvalho, foi um dos advogados de João Cândido e de outros marujos envolvidos na Revolta dos Marinheiros de 1910.⁷

Setores importantes da classe operária foram mobilizados, incluindo os estivadores e os trabalhadores da *Light*. Inúmeras reuniões preparatórias foram feitas em diversas localidades, a exemplo de Irajá, Penha, Morro da Pena, Jacarepaguá, Botafogo, em barcas da Companhia Cantareira, na Estação Madureira, nos próprios quartéis, na redação do jornal *A Época*, do qual Agripino Nazareth era redator-chefe, em sua própria residência, localizada na Rua Ferreira Araújo, n. 122, em São Cristóvão, e na residência de Sebastião de Lacerda, ministro do STF e pai de Maurício de Lacerda, que morava em Vassouras.

Segundo o minucioso relato legado pelo general de divisão Abílio de Noronha, testemunha e presidente do inquérito militar contra os sargentos à época, a revolta estava inicialmente prevista para o dia 24 de dezembro, mas teve que ser antecipada para 18 de dezembro de 1915, pois circulou a notícia de que o alto oficialato preparava manobras militares na capital federal, o que despertou a desconfiança das lideranças de que o governo descobrira a conspiração. Em seu livro intitulado *Narrando a verdade*, publicado originalmente em 1924 como uma “contribuição para a história da revolta em São Paulo”, o então coronel Abílio de Noronha sustentou que a defesa da antecipação da insurreição teria sido feita por Agripino Nazareth, que orientou os corpos da Vila Militar a rumarem em direção à cidade, à meia noite daquele dia. Além disso, cada fortaleza militar faria três disparos como sinal previamente convencionado para desencadear o movimento. Ao mesmo tempo, o 56º Batalhão de Caçadores marcharia em direção ao Palácio do Catete e prenderia o

⁷ BATALHA, Claudio H. M. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 32-33. Sobre a Revolta dos Marinheiros de 1910, cf. NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X / Faperj, 2008.

Presidente da República, e o 52º Batalhão de Caçadores iria até o Quartel General para aclamar Maurício de Lacerda Presidente da República Parlamentar até a chegada do general Dantas Barreto. O plano teria sequência com o 3º Regimento de Infantaria assumindo o controle do Arsenal de Marinha e dos Telégrafos. Caso houvesse resistência no antigo Arsenal de Guerra, esta seria quebrada pelo envio de outras tropas e pelo seu bombardeio a partir das fortalezas.

Finalmente, os comandos militares seriam entregues para os sargentos Severino da Costa Villar, Octaviano José Cardoso, Arthur Leite de Castro e Celso Silva. Wenceslau Braz seria obrigado a telegrafar aos governantes dos estados comunicando sua deposição e a proclamação da República Parlamentar no Brasil. Porém, o complô foi descoberto e sufocado antes que todas as ações previstas pudessem ser colocadas em prática, sendo os militares envolvidos presos e expulsos de suas respectivas corporações.⁸

O jornal *A Época* de 21 de dezembro de 1915, três dias após a sedição ser sufocada, informou que havia duas explicações bem diferentes circulando nos meios militares e civis do país acerca do levante. A primeira versão era a de que os sargentos planejavam assassinar seus oficiais com a finalidade de impor o projeto defendido pelo deputado federal Maurício de Lacerda de substituir o presidencialismo pelo parlamentarismo no Brasil. Uma segunda linha de argumentação dizia que os suboficiais planejavam a chacina de seus superiores pura e simplesmente para pressionar o Congresso Nacional a aprovar leis em seu benefício. Talvez porque quisesse defender Agripino Nazareth, seu redator-chefe, da acusação de ter tomado parte em fatos considerados graves, o editor se declarou cético em relação às duas opiniões.⁹

De todo modo, no começo de fevereiro de 1916, *A Época* publicou entrevistas com sargentos que haviam sido presos no final do ano anterior em função de seu suposto envolvimento na conspiração. Segundo o depoimento que deram, o Governo havia feito grande número de expulsões na Marinha, enviando os militares desligados para a Bahia e Pernambuco, sendo em seguida trazidos de volta para o Rio de Janeiro com o objetivo de responder ao inquérito policial militar aberto para apurar o ocorrido. Durante a investigação, eles sofreram “injúrias” e “terríveis ameaças e torturas”. Um dos sargentos foi atirado à prisão

⁸ NORONHA, Abílio de. *Narrando a verdade*. Contribuição para a história da revolta em São Paulo. 3ª ed., São Paulo: CMG Editora, 1924, p. 9-17.

⁹ *A Época*, Rio de Janeiro, 21 dez. 1915, p. 1.

solitária por cinco dias, sendo alimentado exclusivamente de pão e água e submetido a “penoso e torturante” interrogatório a cada duas horas. A outro foi oferecido apenas café após cinco dias sem comer. Um terceiro foi trancado em um “cubículo hermeticamente fechado, sem ar e com luz intensa durante muito tempo”.

Os sargentos associaram a sensação de asfixia que esse procedimento causava nos marinheiros envolvidos no movimento de 1915 às torturas que seus companheiros de armas sofreram na Ilha das Cobras após a revolta de 1910. Um dos inferiores chegou a ser aterrorizado por uma simulação de fuzilamento para que confessasse seu envolvimento na trama, caso em que sua vida seria poupada. Todos os suboficiais foram ofendidos por Abílio de Noronha, que realizava as inquirições “de revólver em punho” chamando-os de “infames, bandidos, assassinos e pústulas”. Os sargentos disseram também que, durante o período em que estiveram em Pernambuco e na Bahia, só não morreram de fome “porque o povo nortista é sempre cheio de caridade.”¹⁰

Em 19 de fevereiro de 1916, Agripino Nazareth fez uso de sua coluna de “Instantâneos” no *A Época* para denunciar as arbitrariedades e violências cometidas pelo então coronel Abílio de Noronha e questionar o fato de que o comando do Exército tinha conhecimento de tais práticas e mesmo assim teria premiado a má-conduta de um oficial com uma promoção a general comandante da 6ª Brigada de Infantaria:

Para obter dos sargentos declarações, que lhe valeriam mais tarde os bordados generalíssimos, o coronel Abílio de Noronha, coagia os rapazes por todos os meios e modos, com “revólveres postos ao peito”, ameaças e simulações de fuzilamento, jejuns prolongados no Limo e no Cafófo. E, quando a têmpera de aço de alguns supliciados, vitoriosamente reagia contra essas misérias, o coronel Noronha, despindo as armaduras de Ferrabrás, e enfiando o manto de Tartufo, tinha melifluidades sedutoras de voz, fazia-se boa pessoa, com palmadinhas afetuosas no ombro dos “bandidos”, e prometia-lhes empregos vitalícios, com trezentos mil-réis mensais, contanto que “enrascassem” o Maurício de Lacerda, o Agripino Nazareth e outros “paisanos”.¹¹

Mas havia sinais de que o espectro da revolução ainda pairava sobre a República dominada pelas oligarquias. Em matéria que ocupou duas páginas inteiras da edição do dia 8 de abril de 1916, o *Correio da Manhã* transcreveu o testemunho de indivíduos que teriam sido ouvidos pela polícia e feito graves revelações, entre as quais a de que, se os revolucionários

¹⁰ *A Época*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1916, p. 1.

¹¹ *A Época*, Rio de Janeiro, 19 fev. 1916, p. 1.

tivessem sido vitoriosos, o presidente Wenceslau Braz e seus ministros teriam suas línguas cortadas. O deputado federal Maurício de Lacerda e o jornalista Agripino Nazareth seriam os “senhores dos corpos da guarnição” e contariam com o apoio de uma companhia de Bombeiros, da Brigada Policial, do Batalhão Naval e de vários navios de guerra. Reiterava-se a tese de que a finalidade da insurreição era implantar a República Parlamentar no Brasil. Alguns sargentos que já haviam sido expulsos das forças armadas em movimentos anteriores alegaram que foram convencidos a tomar parte no complô com a promessa de reintegração.¹²

Na edição publicada quatro dias depois não houve mudanças no enfoque dado ao assunto. Na sequência de novas inquirições, alguns depoentes tentaram inocentar Agripino, mas outros o implicaram ainda mais na conspiração. Segundo essas testemunhas, ele teria feito diversas visitas ao Forte de São Domingos de Gragoatá, uma edificação colonial, em Niterói, onde ficava o antigo Batalhão Acadêmico, e conversado com alguns suboficiais com vistas a levantar a Força Militar do Rio de Janeiro contra o Governo Federal.¹³

De fato, o sufocamento violento da conspiração de dezembro de 1915 não fez com que os militares de baixa patente e seus aliados civis no jogo político da época desistissem de seus objetivos. As novas prisões e inquirições, feitas em abril de 1916, não se referiam apenas aos fatos ocorridos às vésperas do Natal passado, mas aos acontecimentos de fevereiro e março do ano seguinte. Em 8 de abril de 1916, *O Paiz* publicou uma longa matéria sobre o assunto tendo o sugestivo título de “Mais uma conspiração”. Além de destacar que se tratava de uma nova trama contra o governo, Nazareth e Lacerda mais uma vez foram apontados como chefes da conspiração. Segundo essa fonte, os trabalhos do inquérito policial estavam sendo conduzidos pelo delegado auxiliar Léon Roussollière sob a supervisão direta de seu chefe, Aurelino Leal. Já no dia 7 de abril de 1916, três indivíduos teriam sido detidos, interrogados e depois postos em liberdade: João Reis, proprietário de um barracão e uma padaria na Rua Real Grandeza; José Manoel, vigia de uma fábrica naquela localidade; e Manoel Rodrigues, barbeiro residente na Rua General Polydoro, na esquina da Rua Real Grandeza.

Em seguida, a cúpula da segurança pública entregou à imprensa o conteúdo de dois depoimentos. O primeiro teria sido tomado de Sylvio Paulo, músico da Brigada Policial, infiltrado pela polícia civil no movimento com o objetivo de descobrir detalhes dos planos

¹² *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 abr. 1916, p. 3-4.

¹³ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1916, p. 3.

revolucionários. Sylvio Paulo teria sido colocado “à disposição do major Bandeira de Mello, inspetor do corpo de segurança, para exercer as funções de agente”. Bandeira de Mello, então, incumbiu-o de “observar (...) a atitude de ex-sargentos, que em data recente haviam sido excluídos disciplinarmente do exército”.

Por sua vez, para cumprir seu objetivo, Sylvio Paulo teria entrado em contato com vários suboficiais excluídos, em particular com Francisco Junquillo Lourival, que o apresentou a vários antigos colegas de farda, tanto expulsos quanto ativos. A partir das conversas que teve com os militares de baixa patente, o espião formou a opinião de que Maurício de Lacerda e Agripino Nazareth eram os líderes de uma nova revolta de sargentos que deveria rebentar no carnaval de 1916, mas que teve que ser adiada em razão da “vigilância da polícia” e “das várias providências do governo”.

Ainda segundo o agente infiltrado Sylvio Paulo, Maurício de Lacerda manifestou desacordo com um dos sargentos envolvidos nos novos planos revolucionários, que teria declarado a disposição de assassinar o presidente da República e os ministros da Guerra e da Marinha. Maurício de Lacerda teria discordado, também, do próprio Agripino Nazareth, que havia proposto a libertação de todos os presos das Casas de Detenção e Correção, ideia considerada “extravagante e perigosa” por seu companheiro de sedição. Os dois bacharéis teriam divergido, ainda, quanto ao melhor momento para a deflagração da insurreição. De todo modo, uma última reunião chegou a ser feita na noite do dia 5 de abril de 1916 com o objetivo de definir a data mais adequada para o levante, mas a polícia conseguiu desarticular e prender os conspiradores graças às informações obtidas por meio de seu agente infiltrado.

O segundo depoimento dado ao público pela polícia foi o de Miguel Landes de Oliveira e Silva, sargento do Exército, morador da Rua dos Arcos, que havia perdido a farda em decorrência de seu envolvimento no motim de dezembro de 1915. Depois de excluído da força, Miguel Silva foi enviado a Pernambuco, regressando ao Rio de Janeiro alguns dias depois. De volta a capital federal, ele se encontrou com Guimarães, outro sargento expulso do Exército nas mesmas circunstâncias que ele. Guimarães morava na Rua da Misericórdia e teria dito a Miguel Silva que estava “planejando um movimento sedicioso” sob a liderança dos coronéis Ananias e Thomaz Wilson, “que tinham dinheiro e energia para serem chefes do

movimento”. Esses oficiais controlariam forças do Exército e da Armada, munidas de bombas de dinamite e gases asfixiantes, e contavam com o apoio de três mil estivadores.

Guimarães teria convidado Miguel Silva para sua residência, onde poderiam “melhor confabularem”. Por sua vez, Miguel Silva teria suspeitado que Antonio Gerais, morador da Rua Visconde de Itaboraí e ex-aspeçada do Exército, também estivesse implicado na trama dos sargentos. É que Antonio Gerais possuía *antecedentes* de envolvimento nesse tipo de movimento e costumava escrever para *A Época* usando o pseudônimo de Paulo Sidonio. Seus artigos, inclusive, versavam sobre os “Projetos de Maurício de Lacerda” no Congresso Nacional. Antonio Gerais teria mencionado a Miguel Silva não apenas os nomes dos coronéis Wilson e Ananias, mas também os do deputado federal Maurício de Lacerda, do jornalista Agripino Nazareth, de João Mattoso e Abelardo Tavares e do acadêmico de direito Marçal.¹⁴

No final de abril de 1916, o *Correio da Manhã* anunciou que o procurador criminal da República denunciara 21 conjurados e pediria licença à Câmara Federal para processar o deputado Maurício de Lacerda, portador de imunidade parlamentar. Agripino Nazareth encabeçava a lista dos acoimados, que incluía praças, aspeçadas, cabos, sargentos e marinheiros anteriormente desligados de suas corporações. Até mesmo coronéis da ativa estavam entre os acusados. Em fins de maio de 1916, o processo montado pela Procuradoria Criminal da República foi encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF), onde foram ouvidas novas testemunhas, inclusive o presidente do inquérito policial militar.¹⁵

A violenta repressão não parou por aí. No quinto aniversário dos acontecimentos de 1915, um artigo assinado pelo ex-sargento Fialho Silva lembrava que cerca de 450 suboficiais foram “recolhidos ao calabouço” sem que nunca tivessem pegado em armas contra governo algum, apenas porque “sonharam com a liberdade”. O texto foi publicado no jornal *A Manhã*, de Salvador, no contexto dos conflitos envolvendo a classe operária da Bahia, o patronato ligado ao grupo político liderado por Ruy Barbosa e o PRD de Antonio Ferrão Moniz de Aragão e J. J. Seabra. Fialho Silva escreveu que o movimento de que estava tratando havia sido chefiado pelo “valoroso deputado Maurício de Lacerda”, auxiliado por Agripino Nazareth, “que hoje vive em nosso meio a serviço das greves encomendadas”.¹⁶

¹⁴ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 8 abr. 1916, p. 5.

¹⁵ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 abr. 1916, p. 3; 23 maio. 1916, p. 3.

¹⁶ *A Manhã*, Salvador, 19 dez. 1920, p. 8.

Em novembro de 1924, o jornalista e deputado Vicente Piragibe, apontado no livro que o general Abílio de Noronha publicara naquele ano como um dos envolvidos na sublevação, disse da tribuna da Câmara Federal que prestou “o mais sincero e decidido, o mais patriótico apoio” ao governo de Wenceslau Braz, de quem disse ser amigo, sendo esse um fato de domínio público, razão pela qual não tomara parte de nenhuma conspiração contra ele em 1915. Portanto, achava que a obra do general Noronha deveria se chamar *Narrando a mentira* ou *Fantasiando a verdade*.¹⁷

Seja como for, os civis que tomaram parte das conspirações de 1915-1916 parecem ter continuado a desempenhar os mesmos ofícios e as mesmas atividades ligadas ao jornalismo político de antes do movimento. Tanto que, em 1917, Agripino Nazareth aliou-se aos jornalistas libertários Adolpho Porto e Astrojildo Pereira (1890-1965), futuro fundador do PCB, ao médico baiano Fábio Luz (1864-1938), que transitou da propaganda abolicionista e republicana em sua terra natal para o anarquismo no Rio de Janeiro, ao escritor Lima Barreto (1881-1922) e novamente ao deputado Maurício de Lacerda, para, por meio do jornal carioca *O Debate*, defender a Revolução Russa da campanha caluniosa feita pela grande imprensa.¹⁸

Ao mesmo tempo, de norte a sul do Brasil, as greves gerais ou generalizadas assumiram contornos jamais vistos, abarcando diversos ramos e paralisando cidades, regiões e setores econômicos inteiros, pairando no ar uma perspectiva de profundas reformas sociais que melhorassem ou mesmo transformassem radicalmente as condições de vida da classe trabalhadora. Assim, entre os dias 9 e 16 de julho de 1917, os anarquistas e socialistas de São Paulo conseguiram, após um longo processo de construção do movimento, fazer eclodir aquela que foi a maior greve geral do período.¹⁹ O movimento rapidamente se expandiu para outras cidades do interior daquele estado e para o Rio de Janeiro, onde assumiu contornos próprios desde o dia 14 de julho.²⁰ Ainda em fins de julho e no mês de agosto de 1917, o

¹⁷ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 23 nov. 1924, p. 6.

¹⁸ DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. 2ª ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1977, p. 63.

¹⁹ LOPREATO, Christina Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000; BIONDI, Luigi. *Classe e nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, capítulo 6.

²⁰ VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. *Amarelo e negro: matizes do comportamento operário na República Velha*. 1981. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 1981; CAMPOS, Cristina H. *O sonhar libertário (movimento operário nos anos 1917 - 1921)*. Campinas: Pontes/Ed. da Unicamp, 1998.

conflito, seguido de novas greves gerais, alastrou-se para áreas distantes do centro industrial do país e atingiu cidades do Rio Grande do Sul como Porto Alegre e Pelotas.²¹

Agripino Nazareth escreveu ao menos uma vez em *O Debate* sobre a greve geral de 1917 na capital federal e suas conexões com o movimento de São Paulo. Dirigindo-se diretamente “Aos operários”, o líder socialista iniciou seu artigo de página inteira ironizando a suposta ignorância e o estranho interesse do presidente da República Wenceslau Braz pela questão social no Brasil. O curioso empenho presidencial em querer saber acerca das “amarguras do proletariado” e dos grandes problemas trazidos pela “carestia de vida” para o povo brasileiro era um verdadeiro acontecimento histórico. Agripino considerou *sui generis* o fato de que o presidente teria pedido à Federação Operária do Rio de Janeiro “um relatório completo da situação da classe trabalhadora, uma exposição detalhada do que elas sofrem e do que elas aspiram”. A nova imagem que o chefe do governo brasileiro queria passar estava em contradição flagrante com o bloqueio que ele e seus aliados teriam feito a todos os projetos de lei apresentados no Congresso Nacional pelo deputado Maurício de Lacerda naquele ano, referentes à proteção aos trabalhadores. Agripino finalizava advertindo ao proletariado que confiasse pouco na “mediação do presidente da República junto aos industriais que ora tem as suas oficinas paralisadas” e redobrasse a vigilância “em torno dos elaboradores da anunciada legislação do trabalho, para que esta, ao invés de ratificação de uma conquista gloriosa, não resulte em código de opressão da burguesia em contubérnio com o Estado”.²²

Por caminhos e razões que desconhecemos, Agripino Nazareth parece ter saído ileso da repressão que se seguiu aos movimentos conspiratórios que tramara com os sargentos em 1915 e 1916 e à greve geral de 1917 na capital federal. Em novembro de 1918, em meio a um desolador cenário de privações materiais e à mortandade causada pela fome e pela epidemia de *gripe espanhola*, ele se envolveu em mais uma conspiração no Rio de Janeiro, juntando-se a vários líderes libertários, a exemplo do professor José Oiticica (1882-1957) e do jornalista Astrojildo Pereira, além do espanhol Manuel Campos, do gráfico Carlos Dias, do médico

²¹ PETERSEN, Sílvia R. Ferraz. As greves no Rio Grande do Sul (1890 - 1919). In: GONZAGA, Sérgio (Org.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 277-327; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Que a união operária seja a nossa pátria!:* história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Editora da UFSM; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001; LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe:* operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Editora da UFPel., 2001.

²² NAZARETH, Agripino. Aos operários. In: *O Debate*, Rio de Janeiro, 26 jul. 1917, p. 3.

Álvaro Palmeira (1889-1992), de José Elias da Silva e João da Costa Pimenta com o propósito de instaurar uma República de Operários e Soldados no Brasil. A insurreição estourou em 18 de novembro de 1918 e contou com a adesão dos operários têxteis, metalúrgicos e da construção, que deflagraram greves, tomaram parte de combates de ruas e tentaram se apoderar de armas e munições da Polícia e do Exército. Mas o movimento havia sido infiltrado pelo tenente do Exército Jorge Elias Ajus, que fingiu ter aderido à ideia de uma revolução e foi figura determinante no desbaratamento do complô pelas forças governamentais em seu nascedouro. A polícia enquadrou dezenas de lideranças no artigo 107 do Código Penal, realizou centenas de prisões e deportações e fechou a União Geral dos Trabalhadores, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos, a União Geral dos Metalúrgicos e a União Geral da Construção Civil.²³

Em janeiro de 1919, Agripino Nazareth publicou um artigo intitulado “Revolução vendida a prestações” no semanário *A.B.C.* no qual traçou um perfil psicossocial muito pouco lisonjeiro do delator Jorge Elias Ajus. No calor dos acontecimentos, em meio a um clima de muita tensão, ódio e ressentimento, Agripino revelou os limites e os preconceitos de seu tempo. Ele começou por ironizar o fato de que o denunciante da “praga maximalista” contribuiu para livrar o Brasil de ser uma “presa sangrenta do bolchevismo feroz e sacrílego” e não recebeu “as homenagens que lhe são devidas” das autoridades, da imprensa burguesa ou do chefe de polícia Aurelino Leal, o “Protopopof Baiano”. Além disso, efetivamente Jorge Elias Ajus não poderia ser considerado um traidor, pois ele estava sendo “fiel à sua ancestralidade otomana, à educação que lhe deram, ao meio em que exclusivamente viveu os anos mais poderosamente plásticos, fiel, em suma, a um sem número de fatores subjetivos ou de ambiente aos quais animal nenhum logra fugir”. Por sua natureza, Jorge Elias Ajus só seria traidor se, “por um regressivo fenômeno de atavismo remoto”, ele não tivesse ido “mercadejar” o “segredo” de que se apoderara.

Diga-se que Jorge Elias Ajus é um honrado comerciante de nossa praça, embora o gênero de negócio em que se revelou exímio ainda não esteja registrado para os

²³ ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora Ltda., 1986; BATALHA, *Dicionário do movimento operário*, p. 57-58, 116, 122-123, 154. BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis; ANDRADE, A. T. *O ano vermelho: A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 112-142.

efeitos tributários, eu direi que sim, que é justamente por esse prisma que deve ser estudada a psicologia do rapaz.

Soltando os seus primeiros vagidos, nos quais havia já o quer que fosse do pregão em um bairro de mercadores, de mercadores foram as figuras que logo se gravavam nos seus olhos virgens de qualquer visão. Pela vida adiante, Jorge Elias Ajus prestigiou o aforismo segundo o qual todo o filho de turcos nascido no Brasil surge do ventre materno, mãos tateando as caixas de fósforos baratos que lhe granjearão as economias primeiras.²⁴

A conclusão lógica a que Agripino Nazareth chegou foi a de que, como Jorge Elias Ajus era “neto e filho de mercadores turcos” ele não poderia ser outra coisa a não ser um “mercador à maneira turca”. Ele não tinha “vocaçãõ” para a “carreira das armas”, pois as armas só “comunicam nobreza” se são empunhadas com “uma ideia, um princípio”. Jorge Elias Ajus não tinha nenhuma das duas coisas. Ele era completamente tomado por “ambições materialíssimas” e “imperativos inexoráveis de uma genealogia de balcão”.

Foi o orgulho parvenu dos velhos pais tomados bastante opulentos para não sujeitarem o filho à exaustão das escaladas aos morros, com arrobos de bugigangas ou frutas e verduras apodrecidas às costas, foi o desejo de eclipsar os outros comerciantes do bairro com a exibição, no rapaz, de uma indumentária distinta das outras e de uma posição definida na sociedade brasileira, que empurraram Elias a uma escola de guerra e depois ao oficialato.

O mercador não morreu, porém, ao contato da farda, verificado, desde muito, que o hábito não faz o monge. E foi o espírito de mercadoria que atraiu às malhas da rede policial os revolucionários ainda não blindados da experiência capaz de distinguir um homem de negócios de um soldado, mesmo quando aquele com o uniforme se disfarça...²⁵

Por meio do relatório do delegado auxiliar Nascimento Silva, reproduzido pelo *Correio da Manhã* do dia 29 de dezembro de 1918, ficamos sabendo que uma das primeiras vítimas da espionagem praticada pelo “jovem turco” foi o caixeiro Ricardo Correia Perpétua, do qual ele se passava por amigo e com o qual ele dividiu um quarto por quatro anos.²⁶ Segundo Agripino Nazareth, para realizar essa perfídia, o tenente Ajus recorreu à ajuda de sua “veneranda progenitora”. Esse fato particularmente causou escândalo e revolta no público, mas não deveria, ironizou Agripino, pois “não somente cada povo e cada época tem a sua moral, como também cada profissão tem a sua”. Jorge Elias Ajus “sacrificou um amigo e uma porção de indivíduos que não lhe queriam mal” em função dos “interesses de seu negócio”.²⁷

²⁴ NAZARETH, Agripino. Revolução vendida a prestações. In: A.B.C., Rio de Janeiro, 18 jan. 1919, p. 2.

²⁵ NAZARETH, Agripino. Revolução vendida a prestações. In: A.B.C., Rio de Janeiro, 18 jan. 1919, p. 2.

²⁶ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 dez. 1918, p. 1.

²⁷ NAZARETH, Agripino. Revolução vendida a prestações. In: A.B.C., Rio de Janeiro, 18 jan. 1919, p. 2.

Em resumo, a “burguesia capitalista e política” estava incidindo no pecado da “ingratidão” ao negar as “homenagens” que devia ao tenente Ajus e o público encontrava-se incorrendo, “ingenuamente”, em “injustiça” ao atribuir o epíteto de “traidor” ao negociante “turco”. Afinal, disse Agripino, “*Les affaires sont les affaires*”.²⁸ Se negócios são negócios, um comerciante “turco” não se sente traidor em negociar seus amigos e companheiros com os poderosos. Esse raciocínio não valia, entretanto, para alguns oficiais do Exército, que declararam Jorge Elias Ajus “indesejável” no Club Militar. Segundo Agripino, ainda pesava o passado de lutas gloriosas que os militares haviam empreendido pela abolição da escravidão e pela proclamação e estabilização da República. Gente como o tenente Ajus não era bem-vista e bem-vinda entre esse oficialato “progressista”.²⁹

Agripino Nazareth testemunhou que, em função da “inabilidade da polícia”, ainda permaneceu no Rio de Janeiro, escrevendo para o periódico *A.B.C.*, até janeiro de 1919, quando foi *pronunciado*. De fato, o exame da coleção do referido semanário demonstrou que ele escreveu ao menos dez artigos assinados entre 30 de novembro de 1918 e 8 de fevereiro de 1919, nos quais tratou de vários assuntos relacionados à política e ao movimento operário no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa, assim como as transformações pelas quais o mundo passava desde a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Revolução Russa de 1917.³⁰

A partir de janeiro ou fevereiro de 1919, para não ser tragado pela escalada repressiva que se seguiu ao levante de novembro de 1918, Agripino refugiou-se no interior e depois na capital do estado do Espírito Santo usando nome falso. Em seguida, partiu para Salvador, sua terra natal, disposto, segundo disse ao *Jornal de Notícias* da capital baiana, a exilar-se na Europa, caso as circunstâncias o exigissem. Importante observar que, em meados de 1919, na capital baiana, Agripino tratou os acontecimentos de novembro de 1918 no Rio de Janeiro

²⁸ Agripino Nazareth está fazendo uma referência à comédia com este título, datada de 1903, de autoria do escritor anarquista francês Octave Henri Marie Mirbeau (1848-1917).

²⁹ NAZARETH, Agripino. Revolução vendida a prestações. In: *A.B.C.*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1919, p. 2.

³⁰ A coleção do periódico carioca *A.B.C.*, cobrindo o período de 1916 a 1934, foi consultada no CEDEM – UNESP, em São Paulo. Os artigos assinados por Agripino Nazareth no período estavam nas seguintes edições: 30 nov. 1918, p. 2 (“Como na Rússia...”), 7 dez. 1918, p. 3 (“A Versailles – Palavras aos trabalhadores do Brasil”), 14 dez. 1918, p. 6 (“A sugestão de um confronto”), 28 dez. 1918, p. 3 (“Documento para a História”), 4 jan. 1919, p. 2 (“A Revolução Russa e o Gabinete Clemenceau”), 11 jan. 1919, p. 3 (“De Veneza a Varsóvia”), 18 jan. 1919, p. 2 (“Revolução vendida a prestações”), 23 jan. 1919, p. 3 (“Enquanto os políticos se agitam”), 1 fev. 1919, p. 2-3 (“Paz aos mortos”), 8 fev. 1919, p. 1-2 (“Ruy Barbosa, o Exército e o proletariado”).

como um “movimento grevista” e não uma insurreição que teria fracassado.³¹ A importante atuação de nosso personagem na Bahia entre a vitoriosa greve geral de junho de 1919 e sua expulsão e retorno ao Rio de Janeiro, no início de 1921, onde travou intensos debates e conflitos com os anarquistas e os comunistas e pavimentou seu caminho rumo ao Ministério do Trabalho, são temas que já foram tratados em outros textos, não cabendo analisá-los aqui.³²

³¹ NAZARETH, Agripino. Ao Povo Baiano. In: *Jornal de Notícias*, Salvador, 15 jun. 1919, p. 3 e 5. Ver também os seguintes artigos assinados por Agripino Nazareth: Como na Rússia... In: *A.B.C.*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1918, p. 2; e Revolução vendida a prestações. In: *A.B.C.*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1919, p. 2.

³² CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: Fieb, 2004; CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 131-166, 2005; CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2012, v. 32, n. 64, p. 77-99. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882012000200006&lng=pt&nrm=iso